

SUMÁRIO

Clique nos títulos abaixo e siga para a informação desejada:

REGRAS PARA SOLICITAR DEVOLUÇÃO DE VALORES
PAGOS INDEVIDAMENTE 3

HIPÓTESES DE DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE 4

1) PAGAMENTO EM DUPLICIDADE.....4

2) NÃO AJUIZAMENTO DA AÇÃO5

3) NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO5

4) ISENÇÃO LEGAL.....6

5) JUSTIÇA GRATUITA7

6) OUTRAS HIPÓTESES8

7) EXEMPLOS9

a) Certidão do tribunal de origem informando os dados das guias
utilizadas no processo.....9

b) Certidão do tribunal a quo informando o trânsito em julgado ou
informando que não haverá remessa para o STJ9

c) Certidão do tribunal a quo informando a não interposição de
recurso e que o prazo recursal transcorreu in albis ou que o feito já
transitou em julgado.....9

d) Certidão do tribunal a quo que comprove a isenção legal9

e) Certidão do tribunal a quo que comprove a justiça gratuita ou a
decisão judicial que concede o benefício.....9

f) Guia GRU.....10

DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE

O STJ disponibiliza ao público serviço de restituição de valores recolhidos a título de preparo, quando verificada a hipótese de pagamento indevido das custas judiciais e do porte de remessa e retorno de autos.

A restituição pode ser solicitada pela **via administrativa**, caso as guias indevidamente pagas não estejam juntadas nos autos do processo, ou pela **via judicial**, se as guias estiverem anexadas aos autos¹.

REGRAS PARA SOLICITAR DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE		
	Guias JUNTADAS aos autos do processo:	Guias NÃO JUNTADAS aos autos do processo:
PROCESSOS EM TRÂMITE NO STJ	O pedido deve ser dirigido diretamente ao Relator do feito, por meio de petição eletrônica, conforme Resolução STJ/GP n. 10/2015 , alterada pela Resolução 13/2016 (regulamenta o processo eletrônico no STJ).	Preencher o Formulário de Devolução e encaminhar pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br para a Seção Informações Processuais (SEINP) . Além do formulário preenchido, o e-mail deve ser <u>acompanhado de todos os documentos comprobatórios da hipótese alegada</u> .
PROCESSOS EM TRÂMITE NO TRIBUNAL DE ORIGEM	Processo será remetido ao STJ: Aguardar a subida do processo e enviar a petição ao Ministro Relator .	Preencher o Formulário de Devolução e encaminhar pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br para a Seção Informações Processuais (SEINP) . Além do formulário preenchido, o e-mail deve ser <u>acompanhado de todos os documentos comprobatórios da hipótese alegada</u> .
	Processo não subirá ao STJ: Aguardar o trânsito em julgado ou a baixa do processo na origem para solicitar a devolução. Preencher o Formulário de Devolução e encaminhar pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br para a Seção de Informações Processuais (SEINP) <u>acompanhado de todos os documentos comprobatórios da hipótese alegada</u> .	
PROCESSOS BAIXADOS	É possível solicitar a restituição quando o porte de remessa e retorno dos autos tiver sido pago e o processo for remetido ao STJ e por ele devolvido eletronicamente: Preencher o Formulário de Devolução e encaminhar pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br para a Seção de Informações Processuais (SEINP) <u>acompanhado de todos os documentos comprobatórios da hipótese alegada</u> .	

¹ Cuida-se de documento judicial cujo exame compete exclusivamente ao Ministro Relator do feito, nos termos do artigo 34, inciso I, do RISTJ, não sendo possível a apreciação na seara administrativa.

HIPÓTESES DE DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE	
<u>1</u>	<u>Pagamento em duplicidade</u>
<u>2</u>	<u>Não ajuizamento da ação</u>
<u>3</u>	<u>Não interposição do recurso</u>
<u>4</u>	<u>Isenção legal</u>
<u>5</u>	<u>Justiça gratuita</u>
<u>6</u>	<u>Outras hipóteses</u>

1) PAGAMENTO EM DUPLICIDADE

PROCESSOS EM TRÂMITE NO TRIBUNAL DE ORIGEM

- a) **Pagou duas guias com numerações diferentes² e somente uma foi juntada ao processo:** o pedido de devolução será pela **via administrativa**, por meio do e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:
- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
 - ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
 - iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
 - iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
 - v. [Certidão do tribunal de origem informando os dados das guias utilizadas no processo.](#)
- b) **Pagou duas guias com numerações diferentes³ e ambas estão juntadas ao processo ou pagou a mesma guia duas vezes:**
- b.1) se o processo for remetido ao STJ**, o pedido será pela **via judicial**, por meio de petição endereçada ao Ministro Relator (observar obrigatoriedade do peticionamento eletrônico – e-PET). Caso o processo ainda não tenha subido, aguardar remessa ao STJ para peticionar.
- b.2) se o processo não for remetido ao STJ**, o pedido será pela **via administrativa**, por meio do e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:
- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
 - ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);

² As guias de GRU Cobrança são individualizadas a partir da numeração disposta no campo Nosso Número – disposto na parte direita da guia.

³ As guias de GRU Cobrança são individualizadas a partir da numeração disposta no campo Nosso Número – parte direita da guia.

- iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
- iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- v. [Certidão do tribunal a quo informando o trânsito em julgado ou informando que não haverá remessa para o STJ, tendo em vista a inadmissibilidade do recurso.](#)

PROCESSOS EM TRÂMITE NO STJ

a) Pagou duas guias com numerações diferentes⁴ e somente uma foi juntada ao processo: o pedido será na **via administrativa**, por meio do e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:

- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
- ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
- iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
- iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- v. [Certidão do órgão Julgador informando os dados das guias utilizadas no processo.](#)

b) Pagou duas guias com numerações diferentes⁵ e ambas estão juntadas ao processo ou pagou a mesma guia duas vezes: o pedido será pela **via judicial**, por meio de petição eletrônica ao Ministro Relator (observar obrigatoriedade do peticionamento eletrônico – e-PET).

2) NÃO AJUIZAMENTO DA AÇÃO

O pedido será na **via administrativa**, pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:

- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
- ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
- iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
- iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- v. Comprovante de que não utilizou a guia e não ajuizou a ação:
 - Será realizada pela SEINP consulta processual em nome da parte
 - Havendo registro de processo na consulta acima, o requerente deverá apresentar certidão de cada um dos processos informando os dados das guias utilizadas.

3) NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO

O pedido será na **via administrativa**, pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:

⁴ As guias de GRU Cobrança são individualizadas a partir da numeração disposta no campo Nosso Número – disposto na parte direita da guia.

⁵ As guias de GRU Cobrança são individualizadas a partir da numeração disposta no campo Nosso Número – parte direita da guia.

- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
- ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
- iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
- iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- v. [Certidão do tribunal de origem informando:](#)
 - A não interposição do recurso e que o prazo transcorreu *in albis* (sem manifestação das partes interessadas);
 - OU**
 - A não interposição do recurso e ocorreu o trânsito em julgado do processo.

4) ISENÇÃO LEGAL

PROCESSOS EM TRÂMITE NO TRIBUNAL DE ORIGEM

a) Guia juntada aos autos:

a.1) Processo a ser remetido ao STJ : o pedido será na **via judicial**, por meio de petição endereçada ao Ministro Relator (observar obrigatoriedade do peticionamento eletrônico – e-PET). Nesse caso, aguardar remessa ao STJ para peticionar.

a.2) Processo não será remetido ao STJ: o pedido será na **via administrativa**, pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:

- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
- ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
- iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
- iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- v. [Certidão do tribunal de origem informando os dados das guias utilizadas no processo;](#)
- vi. [Certidão de trânsito em julgado do tribunal *a quo* ou informando que não haverá remessa para o STJ;](#)
- vii. [Certidão do tribunal *a quo* que comprove a isenção legal.](#)

b) Guia não juntada aos autos: o pedido será na **via administrativa**, pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:

- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
- ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
- iii. Procuração com poderes específicos (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
- iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- v. [Certidão do tribunal *a quo* informando as guias utilizadas no processo;](#)
- vi. [Certidão do tribunal *a quo* que comprove a isenção legal.](#)

PROCESSOS EM TRÂMITE NO STJ

- a) **Guia utilizada:** o pedido será na **via judicial**, por meio de petição ao Ministro Relator (observar obrigatoriedade do peticionamento eletrônico – e-PET).
- b) **Guia não utilizada:** o requerimento será na **via administrativa**, pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:
- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
 - ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
 - iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
 - iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
 - v. [Certidão do órgão julgador indicando a existência de isenção legal, bem como a não utilização da guia, salvo no caso de isenção de porte de remessa e retorno dos autos.](#)

5) JUSTIÇA GRATUITA

PROCESSOS EM TRÂMITE NO TRIBUNAL DE ORIGEM

a) **Guia juntada aos autos:**

a.1) Processo a ser remetido ao STJ : o pedido será na **via judicial**, por meio de petição endereçada ao Ministro Relator (observar obrigatoriedade do peticionamento eletrônico – e-PET). Nesse caso, aguardar remessa ao STJ para peticionar.

a.2) Processo não será remetido ao STJ: o pedido será na **via administrativa**, pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:

- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
- ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
- iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
- iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- v. [Certidão do tribunal de origem informando os dados das guias utilizadas no processo;](#)
- vi. [Certidão de trânsito em julgado do tribunal a quo ou informando que não haverá remessa para o STJ;](#)
- vii. [Certidão do tribunal a quo que comprove a justiça gratuita ou a decisão judicial que concede o benefício.](#)

b) **Guia não juntada aos autos:** o pedido será na **via administrativa**, pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:

- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
- ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
- iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);

- iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- v. [Certidão do tribunal *a quo* informando as guias utilizadas no processo;](#)
- vi. [Certidão do tribunal *a quo* que comprove a justiça gratuita ou a decisão judicial que concede o benefício.](#)

PROCESSOS EM TRÂMITE NO STJ

- a) **Guia juntada aos autos:** o pedido será na **via judicial**, por meio de petição ao Ministro Relator (observar obrigatoriedade do peticionamento eletrônico – e-PET).
- b) **Guia não juntada aos autos:** o requerimento será na **via administrativa**, pelo e-mail informa.reembolso@stj.jus.br, com os seguintes documentos:
 - i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
 - ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
 - iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
 - iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
 - v. [Certidão do órgão julgador indicando a existência de justiça gratuita, bem como a não utilização da guia. A decisão judicial que concede o benefício substitui a certidão.](#)

6) OUTRAS HIPÓTESES

Caso sua situação não se enquadre em nenhuma das hipóteses descritas, encaminhe os documentos abaixo:

- i. [Formulário de Devolução](#) devidamente preenchido (a assinatura não precisa ser digital);
- ii. Cópia do documento de identificação do solicitante (OAB, RG ou CNH);
- iii. Procuração (caso o pedido seja formulado em nome de terceiros);
- iv. Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- v. **Todos os documentos e meios de prova de que dispuser.**

7) EXEMPLOS

a) Certidão do tribunal de origem informando os dados das guias utilizadas no processo

*“Certifico que, revendo os dados existentes até a presente data, nesta Secretaria do Tribunal (**NOME DO TRIBUNAL**) consta registro de autuação de Recurso para o Superior Tribunal de Justiça no âmbito do Processo n. (**NÚMERO DO PROCESSO**) em que são partes (**PARTE 1**) e (**PARTE 2**).*

*Certifico ainda que foram juntadas as seguintes Guias de Recolhimento da União para interposição de recurso para o Superior Tribunal de Justiça: (**NÚMERO DAS GRU’S**). Nada mais. Dada e passada nesta Secretaria do Tribunal (**NOME DO TRIBUNAL**) em (**DATA**).”*

b) Certidão do tribunal a quo informando o trânsito em julgado ou informando que não haverá remessa para o STJ

*“Certifico que, revendo os dados existentes até a presente data, nesta Secretaria do Tribunal (**NOME DO TRIBUNAL**) consta registro de autuação de Recurso para o Superior Tribunal de Justiça no âmbito do Processo n. (**NÚMERO DO PROCESSO**) em que são partes (**PARTE 1**) e (**PARTE 2**).*

*Certifico ainda que o recurso acima foi inadmitido/negado seguimento e transitou em julgado no dia (**DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO**), de modo que não subirá ao Superior Tribunal de Justiça. Nada mais. Dada e passada nesta Secretaria do Tribunal (**NOME DO TRIBUNAL**) em (**DATA**).”*

c) Certidão do tribunal a quo informando a não interposição de recurso e que o prazo recursal transcorreu in albis ou que o feito já transitou em julgado

*“Certifico que, revendo os dados existentes até a presente data, nesta Secretaria do Tribunal (**NOME DO TRIBUNAL**) **NÃO CONSTA** registro de autuação de Recurso para o Superior Tribunal de Justiça no âmbito do Processo n. (**NÚMERO DO PROCESSO**) em que são partes (**PARTE 1**) e (**PARTE 2**).*

*Certifico ainda que o decurso do prazo para a interposição de eventual recurso para o Superior Tribunal de Justiça se deu em (**DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO OU DO DECURSO DO PRAZO RECURSAL**). Nada mais. Dada e passada nesta Secretaria do Tribunal (**NOME DO TRIBUNAL**) em (**DATA**).”*

d) Certidão do tribunal a quo que comprove a isenção legal

*“Certifico que, revendo os dados existentes até a presente data, nesta Secretaria do Tribunal (**NOME DO TRIBUNAL**) consta registro de autuação de Recurso para o Superior Tribunal de Justiça no âmbito do Processo n. (**NÚMERO DO PROCESSO**) em que são partes (**PARTE 1**) e (**PARTE 2**).*

*Certifico ainda que o recurso foi protocolado com isenção do recolhimento de preparo e do porte e remessa e retorno em função da parte XXXXXXXX ser isenta de recolhimento de acordo com a Resolução STJ/GP vigente. Nada mais. Dada e passada nesta Secretaria do Tribunal (**NOME DO TRIBUNAL**) em (**DATA**).”*

e) Certidão do tribunal a quo que comprove a justiça gratuita ou a decisão judicial que concede o benefício

*“Certifico que, revendo os dados existentes até a presente data, nesta Secretaria do Tribunal (**NOME DO TRIBUNAL**) consta registro de autuação de Recurso para o Superior Tribunal de Justiça no âmbito do Processo n. (**NÚMERO DO PROCESSO**) em que são partes (**PARTE 1**) e (**PARTE 2**).*

Certifico ainda que o recurso foi protocolado desacompanhado de recolhimento de preparo e do porte e remessa e retorno em razão da parte XXXXXX ser beneficiária da assistência judiciária gratuita, conforme despacho proferido à fl. XXX. Nada mais. Dada e passada nesta Secretaria do Tribunal (NOME DO TRIBUNAL) em (DATA)."

f) Guia GRU

BANCO DO BRASIL						RECIBO DE SACADO	
001-9		00190.00009 02552.740009 00864.705181 1 69270000016392					
Local de Pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 24/09/2016		
Cedente SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - 00.488.478/0001-02					Agência / Código do Cedente 4200-5 / 003330303-3		
Data Documento 09/09/2016	Nº do Documento 864705	Espécie Doc. RC	Aceite N	Data Processamento 09/09/2016	Nosso Número 25527400000864705		
Uso do Banco	Carteira 18	Espécie Moeda R\$	Quantidade Moeda	Valor Moeda	(*) Valor do Documento R\$ 163,92		
Instruções Senhor(a) Caixa, não receber após o vencimento. Cancelamento será automático. As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte. RECURSO INTERPOSTO EM INSTÂNCIA INFERIOR: RECURSO ESPECIAL Unidade Federativa: <input type="text"/> Tribunal de Origem: <input type="text"/> Processo na Origem: <input type="text"/> Valor da custa judicial: R\$ 163,92					(-) Desconto / Abatimento		
					(-) Outras Deduções		
					(+/-) Mora / Multa		
					(+/-) Outros Acréscimos		
					(=) Valor Cobrado R\$ 163,92		
Sacado							
Autor/Recorrente: <input type="text"/>							
CPF/CNPJ: <input type="text"/>							
Réu/Recorrido: <input type="text"/>							
					Código de Baixa		
					Autenticação Mecânica		